

Comunicação e Subjetivação Política: o caso do trabalho infantil doméstico¹

Communication and Political Subjectivity: the case of child domestic labor

Danila Gentil Rodriguez Cal²

RESUMO

Este artigo tem como propósito analisar as possibilidades de emancipação de indivíduos constantemente assujeitados pelo trabalho infantil doméstico (TID). Iremos estudar especificamente como adolescentes afetados por essa questão social e política na Ilha do Marajó (PA) se servem de práticas midiáticas para tematizarem sua situação, ao mesmo tempo em que as reconfiguram a partir de suas próprias experiências num processo de subjetivação política. Para tanto, analisamos como adolescentes tomam a palavra e a utilizam em um jornal produzido por eles próprios. Como recurso metodológico, utilizamos a noção de “projeto de fala” de Charaudeau (1996). Concluímos que, ao se constituírem como sujeitos políticos, os adolescentes envolvidos com o combate ao trabalho infantil doméstico promoveram um deslocamento na cena do TID, que passou a ser construída também a partir das experiências, dos sentimentos e das observações deles.

Palavras-chave: subjetivação política, mídia, trabalho infantil doméstico.

ABSTRACT

This paper aims at examining the possibilities of emancipation of individuals constantly subjugated by child domestic labour (CDL). We will study specifically how adolescents affected by this social and political issue in the Marajó Island (PA) use media practices to establish themes for their situation, while reconfiguring it from their own experiences, in a political subjetification process. For this purpose, we analyze how adolescents took the floor and used it in a journal produced by themselves. As a methodological approach, we use the notion of “speech project” from Charaudeau (1996). We conclude that, when constituted as political subjects, the adolescents involved in the fight against child domestic labor have transformed scene of the CDL, which came to be built also with their experiences, feelings and observations.

Key words: political subjectivity, media, child domestic labor.

¹ Agradeço as valiosas sugestões e contribuições da Professora Ângela Marques (UFMG) a uma versão preliminar deste artigo.

² Doutoranda em Comunicação Social (UFMG). Professora da Universidade da Amazônia (Unama) e bolsista da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa). Universidade da Amazônia. Rodovia BR 316, s/n, Campus Unama, 67113-901, Ananindeua, PA, Brasil. E-mail: danilagentilcal@gmail.com

Introdução

Em seus primeiros escritos a respeito do tema da emancipação política, Rancière (1988) afirma que a constituição de uma “voz” política – de um “nós” – dos trabalhadores passa pela reconfiguração da experiência sensível de um “eu” por meio da dissociação da capacidade dos braços e da capacidade do olhar, que desfaz a aderência de um “equipamento corporal” a uma condição. Para ele, a subjetivação é um processo que deve criar um hiato entre o corpo e suas habilidades laborais e a construção de um olhar crítico sobre a situação vivida. Rancière salienta que “a quem é ativo com suas mãos pede-se, em geral, que seja passivo quanto ao resto” (Rancière, 1988, p. 43). Assim, em um regime democrático, deve o trabalhador ocupar um lugar que não lhe permite alcançar visibilidade: sua voz é associada a um barulho incômodo, seu corpo é apagado por falta de condições institucionais de “aparição” (Arendt, 1987) na cena pública, e ele não alcança o *status* de interlocutor na esfera pública. No entanto, essa divisão da ocupação do espaço democrático não é questionada. Pelo contrário: configura-se como consenso, apagando qualquer possibilidade de tematização reflexiva.

A democracia, para Rancière, é um modo de subjetivação por meio do qual sujeitos políticos passam a existir. A grande questão é saber se a democracia está operando sob o regime do consenso ou do dissenso. O dissenso “não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a outro” (Rancière, 2004, p. 212, tradução nossa). É por meio do dissenso que se estrutura a reconfiguração da experiência comum dos indivíduos, terreno sobre o qual podem ser elaboradas formas de subjetivação políticas que, por sua vez, insurgem contra as leis de dominação. A política se entrelaça à constituição do sujeito ao se expressar como a “reconfiguração dissensual da democracia, que aparece então como poder paradoxal daqueles que não possuem o necessário título para se envolverem com o poder” (Rancière, 2004, p. 17, tradução nossa).

A subjetivação e a emancipação políticas dos indivíduos estão, portanto, associadas à natureza de seus atos e à reconfiguração de uma ordem sensível que classifica os sujeitos segundo a serventia, a visibilidade e a capacidade de ingressar na ordem do discurso:

Emancipar os trabalhadores não é fazer o trabalho aparecer como princípio fundador de uma nova sociedade, mas é tirar os trabalhadores do estado de minoridade, provar que eles pertencem à sociedade, que eles se comunicam com todos dentro de um espaço comum; que eles não são somente seres de necessidades, de reclamação ou de gritos, mas seres de razão e de discurso, que eles podem contrapor razões e construir sua ação como uma demonstração de capacidade que também é uma demonstração de comunidade (Rancière, 2004, p. 90, tradução nossa).

Assim, emancipar-se é poder se afirmar como aquele que partilha um mundo comum, enquanto interlocutor que, mesmo quando as aparências dizem o contrário, pode jogar o mesmo jogo político e argumentativo que seu adversário.

A partir dessa tensão entre o devir reificante presente em alguns padrões de classificação dos sujeitos e as possibilidades de emancipação, analisaremos, neste artigo, como indivíduos afetados por um problema social e político, o trabalho infantil doméstico (TID), constroem sua subjetivação e emancipação políticas ao tematizarem reflexivamente a própria condição. Examinaremos como eles fazem uso de elementos midiáticos, ao mesmo tempo em que os reconfiguram a partir das próprias experiências, num processo contínuo de apropriação e utilização da palavra. Tomamos como pressuposto que o sujeito emancipado é aquele que faz circular o sentido, que comunica o movimento de sua subjetivação e que se constitui como “ser de palavra” (Rancière, 2004).

Propomo-nos, então, a investigar como adolescentes envolvidos no enfrentamento do TID se apresentam como sujeitos políticos, desestabilizando a naturalidade do problema e dos papéis atribuídos a eles. Adotamos como objeto de análise um jornal produzido por adolescentes no município de Soure, na Ilha do Marajó, com objetivo de combater o TID no Pará. Escolhemos o caso paraense porque há mais de 10 anos é desenvolvida uma ação específica de luta contra esse problema, que é o Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico (Petid), iniciativa da sociedade civil³ em parceria com organizações locais, nacionais e internacionais.

A nosso ver, um jornal elaborado por adolescentes que enfrentam a realidade do TID pode nos revelar a importância do papel da escrita, da palavra na constituição de sujeitos emancipados, uma vez que o ato de escrever,

³ A principal organização responsável pelo Petid é o Centro da Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Emaús).

de registrar um dano, instaura um processo argumentativo que demonstra as consequências de ser visto e classificado como “trabalhador infantil doméstico”. Por isso, a subjetivação e a emancipação não dizem da afirmação de uma identidade (menos ainda de uma identidade imposta), mas do constante tensionamento da relação que os sujeitos mantêm entre si.

A cena do trabalho infantil doméstico

O imaginário da cidade grande como lugar de oportunidades engendra o fluxo de crianças e adolescentes para o serviço doméstico nas capitais. Tanto por força dos pais quanto por vontade própria, meninos e, principalmente, meninas saem dos lugares em que vivem para morar e trabalhar na casa de outras pessoas (Blagbrough, 2008; OIT, 2004).

Esse tipo de trabalho infantil, apesar de proibido por lei⁴, é frequente e apresenta raízes históricas e sociais ligadas à escravidão e ao costume de trazer meninas do interior para viverem com outras famílias. Por vezes, as próprias trabalhadoras têm dificuldade para definir sua relação com a família empregadora e, por isso, nem sempre se dão conta da situação de exploração em que vivem (Hoyos, 2000; Lamarão *et al.*, 2000).

Desde sua implantação, o Petid teve como diretriz atuar de forma preventiva no município de Soure, o maior da Ilha do Marajó, um dos principais lugares de saída de meninas para o serviço doméstico em Belém.

O programa atuou em Soure, de 2003 a 2006, e envolveu pais, adolescentes, educadores e gestores públicos em torno de um objetivo comum: garantir os direitos de meninos e meninas e ampliar a capacidade do município de manter esses sujeitos em seu ambiente comunitário e familiar, ou seja, desestimular a saída para trabalhar em Belém. Foi constituído um grupo de cerca de 20 adolescentes e jovens. Eles participaram de oficinas promovidas pelo Petid – inclusive sobre comunicação – e se tornaram referência em mobilização no município. Faziam apresentações sobre o TID e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em escolas, tinham um programa em

uma rádio e criaram um jornal chamado “A Tribo”, voltado para pais, professores, meninos e meninas do município.

O Grupo de Defesa da Criança e do Adolescente de Soure (Gdecas), como eles se intitulavam, era constituído tanto por adolescentes que trabalhavam ou já tinham trabalhado quanto por aqueles que não chegaram a ser trabalhadores infantis domésticos, mas que poderiam “vir a ser” por viverem nas mesmas condições que levaram muitos a abandonar o convívio familiar para trabalhar na capital.

Subjetivação política e trabalho infantil doméstico

Para os adolescentes envolvidos com o TID, enfrentar esse problema pressupunha uma transformação na cena do trabalho infantil doméstico. Em vez de vítimas, era preciso se apresentar como sujeitos políticos dotados da capacidade de “tomar a palavra”, colocando em suspeição a ordem estabelecida que determina o lugar e o papel de cada um (Rancière, 1996).

Esse questionamento dos padrões de dominação é uma das dimensões da subjetivação política. Rancière (2004, p. 21) afirma que a lógica da subjetivação política envolve três dimensões de tensionamento com o outro. Em primeiro lugar, consiste na negação de uma identidade fixada e imposta pelo outro (seja ele indivíduo ou instituição). Tal identidade fixa é que nos fornece nomes exatos, rótulos precisos que servem para que sejamos adequados a um espaço e a um tipo de trabalho. Em segundo lugar, implica uma demonstração, uma evidência que é oferecida a outro, ainda que esse outro se recuse a ver as consequências do dano expresso pela demonstração. Essa dinâmica instaura uma interação comunicativa que, ainda que na maioria das vezes não conduza ao diálogo, tem o importante papel de sinalizar um dano e de sensibilizar a sociedade para sua existência. Em terceiro lugar, a subjetivação política instaura um lugar comum para o questionamento de uma suposta igualdade democrática.

Tal lugar se torna evidente quando um grupo de sujeitos desafia uma ordem constituída baseada em um pressuposto igualitário que mascara o fato de uns serem considerados e outros não, ou, ainda, nos termos desse

⁴ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069, o trabalho só é permitido para pessoas com mais de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Há ainda o Decreto nº. 6.481, de 12/06/2008, que coloca o trabalho doméstico entre as piores formas de trabalho infantil e proíbe que ele seja exercido por menores de 18 anos.

autor, de uns serem contados e outros não. Assim, “a subjetivação produz um sujeito político que não era concebido pela configuração social” (Vreeswijk, 2008, p. 42).

Esse processo dá a ver o dano fundador da política. De acordo com Rancière, “o dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando à apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais” (1996, p. 51). A igualdade, para o autor, é apenas uma pressuposição que precisa ser demonstrada a cada situação prática de interação com o outro. O processo de subjetivação permite, então, “suspender essa pretensa harmonia que se esconde sob a igualdade, revelando suas contingências e permitindo a recriação das linguagens e códigos sensíveis que a sustentam” (Marques, 2010, p. 3). Assim, o dano instaura uma nova contagem, uma nova partição entre os sujeitos de uma sociedade:

Toda subjetivação política é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque se trata do espaço de uma contagem de incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela (Rancière, 1996, p. 48).

A persistência do dano é infinita, assim como a verificação da igualdade. Ainda que não solucionável, o dano é tratável por dispositivos de subjetivação “que o fazem consistir como relação modificável entre as partes, como modificação mesmo do terreno no qual o jogo é jogado” (Rancière, 1996, p. 51). Esse tratamento exige a constituição de sujeitos emancipados que conferem ao dano uma imagem, que criam suas formas e seus novos nomes a partir do questionamento de rótulos e classificações aprisionantes. O processo de subjetivação política desfaz e refaz as relações entre os modos de fazer, ser e dizer que definem a organização do sensível da comunidade, que dizem de uma reconfiguração do que é público e do que é privado.

O TID é um caso em que a situação como um todo precisa ser revista e reconstruída para permitir a subjetivação política dos adolescentes envolvidos e para desafiar o que é tido por certo. Por definição, essa prática se realiza no espaço íntimo e privado do lar. Segundo Arendt, “a privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e, portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros” (Arendt, 1991, p. 68). O lugar mais representativo dessa privacidade é o lar, por ser protegido do “conhecimento dos outros”. É como se os fatos que acontecem nos lares dissessem

respeito apenas aos que dele participam. Assim, sendo o espaço doméstico esse lugar da não visibilidade, é como se o TID não existisse. Ora, se o TID “não existe”, o que podemos dizer das pessoas que o exercem?

O uso de termos como “afilhada” e “cria” corroboram essa invisibilidade da relação de trabalho, assim como fatores de gênero. Isso porque a maioria das crianças e dos adolescentes que o pratica é composta por meninas; e porque, tradicionalmente, as mulheres é que assumem os afazeres domésticos. Esses são elementos que ajudam a compor um quadro de aceitação social a partir do qual esses sujeitos são incontados, não possuem parcela. A questão que se coloca é: como perceber argumentos de sujeitos que não existem como sujeitos?

No processo de repartição da cena política, Rancière relaciona formas argumentativas e poéticas de comunicação. Ele afirma que a política necessita de momentos poéticos nos quais se formam “novas linguagens que permitem a redescritção da experiência comum, por meio de novas metáforas que, mais tarde, podem fazer parte do domínio das ferramentas linguísticas comuns e da racionalidade consensual” (Rancière in Marques, 2010, p. 2).

A interlocução política, defende Rancière, sempre misturou jogos de linguagem e os regimes de frases. Dessa forma, sempre ocorreram intrigas e argumentações relevantes. Porém, a questão não é promover o entendimento recíproco entre pessoas que falam “línguas diferentes”, mas, sim, “saber se os sujeitos da interlocução são ou não são, se falam ou se produzem ruído” (Rancière, 1996, p. 61).

Segundo esse autor, nos casos em que a pressuposição do entendimento está em litígio, a comunidade que se estrutura entre argumento e metáfora atinge seu máximo. Isso ocorre em situações nas quais “é preciso produzir ao mesmo tempo a argumentação e a cena em que ela deve ser entendida, o objeto da discussão e o mundo em que figura como objeto” (Rancière, 1996, p. 67).

Cabe-nos, então, questionar: de que modo esses indivíduos se apresentam como sujeitos políticos? Como eles tomam a palavra e a utilizam por meio de diferentes expressões e registros?

“A Tribo” dos adolescentes de Soure

Selecionamos o jornal “A Tribo” por considerá-lo um material expressivo que contém vestígios do processo

de subjetivação política dos adolescentes envolvidos – são vestígios, pois o processo é mais amplo. Como destaca Rancière, a subjetivação ocorre por uma série de atos que instauram uma capacidade de enunciação, que embaralham qualquer relação ordenada entre o fazer, o ver e o dizer (Rancière, 1995, 1996).

Quanto à forma, o jornal “A Tribo”⁵ apresenta semelhanças com os jornais tradicionais, como a distribuição de títulos, a presença de editorial, de expediente, a elaboração de algumas matérias aos moldes do padrão jornalístico impresso – com lide, uma pretensa objetividade e a recorrência a outras fontes que não os próprios adolescentes.

No entanto, o jornal construído pelo Gdecas buscou ser mais atrativo. No espaço de um formato tabloide, com, em geral, oito páginas coloridas, foram utilizados diversos recursos gráficos, tais como desenhos marajoaras, e imagens acompanhadas de textos e poesias escritos à mão pelos adolescentes, além de fotografias. Os conteúdos eram definidos pelo próprio grupo e a forma de expressão variava entre a matéria jornalística, o depoimento, a poesia, o desenho ou a opinião.

Desde o título, o periódico cumpre um duplo papel: fazer referência à história do lugar e falar do Gdecas como grupo mobilizado pelo fim do TID. “A Tribo – em pé de guerra contra o trabalho infantil doméstico”, como está impresso no topo de cada primeira página, remete tanto às tribos marajoaras que habitaram a Ilha e desenvolveram um tipo próprio linguagem – os desenhos marajoaras – quanto à organização de um grupo que compartilha valores e que luta contra um inimigo comum, o TID.

Indicações metodológicas

Para analisarmos com mais profundidade a forma pela qual os adolescentes do Gdecas se apresentam como sujeitos políticos e a maneira como tomam a palavra e a utilizam em diferentes registros de escritura na materialidade do “A Tribo”, inspiramo-nos na noção de “projeto de fala”, de Charaudeau (1996).

Segundo esse autor, sujeitos em situação de comunicação possuem, além de uma identidade psicossocial, um

projeto de fala caracterizado por objetivos que servem de base para a criação de discursos. “O *projeto de fala* do sujeito falante é constituído em torno de um certo número de *objetivos* que vão engendrar o mesmo número de *objetivos comunicativos*” (Charaudeau, 1996, p. 30). Charaudeau cita quatro: factitivo, informativo, persuasivo e sedutor.

De acordo com esse autor, o factitivo diz respeito a uma finalidade de *manipulação do outro* com vistas a fazê-lo agir de forma favorável ao sujeito falante. “Ele consiste, para o sujeito falante, em *fazer fazer* ou em *fazer dizer* qualquer coisa a um outro, seja ordenando, se ele tem uma posição de poder, seja sugerindo, se ele não a possui” (Charaudeau, 1996, p. 31).

Por sua vez, o informativo tem a finalidade de *transmitir um saber* e consiste em *fazer saber* ao outro algo que este parecia ignorar. O sujeito falante, nesse caso, tem o papel de prover informação. Já o objetivo persuasivo tem como fim o controle do outro por meio da racionalidade, “que consiste para o sujeito falante em fazer crer alguma coisa ao outro” (Charaudeau, 1996, p. 32). O papel do sujeito persuasivo é provar o verdadeiro.

O quarto objetivo é o sedutor, que corresponde à finalidade de controle do outro, mas, desta vez, buscando agradá-lo. O sujeito falante tenta *fazer prazer* ao outro. De acordo com Charaudeau, “este objetivo se realiza por meio da *narrativa*, das *qualificações*, das *avaliações* e dos *julgamentos consensuais* (mais ou menos estereotipados) sobre tudo o que é da ordem hedônica (‘os sentidos’) e estética (‘o gosto’)” (Charaudeau, 1996, p. 33, grifos do autor).

Desse modo, podemos compreender que o projeto de fala presente em “A Tribo” configura um espaço específico, uma esfera particular de experiência que dá a ver temas colocados como comuns e que requerem uma decisão comum, implicando sujeitos politicamente emancipados e capazes de argumentar a respeito desses temas. Esse movimento analítico nos parece profícuo, já que, nas palavras de Rancière, “[...] o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação” (Rancière, 1995, p. 7).

Analisaremos, então, a forma pela qual os adolescentes, enquanto enunciadores, apresentaram-se como sujeitos políticos e fizeram uso da palavra em diferentes registros na materialidade simbólica do jornal “A Tribo” por meio da prevalência ou não de cada um dos quatro objetivos citados anteriormente. Para tanto, escolhemos

⁵ Foram cinco edições publicadas entre 2004 e 2006. Além dos adolescentes, contribuía para a elaboração do jornal um jornalista, educador do Petid, que realizava oficinas sobre direitos e comunicação com esses meninos e meninas. Era ele que, com a participação do Gdecas, finalizava cada edição, cuja impressão ficava a cargo do Petid.

analisar textos das duas primeiras edições do periódico (agosto de 2004 e fevereiro de 2005), por representarem o início do grupo e do contato com a comunidade.

Adolescentes contra o TID

“Trabalho infantil doméstico está com os dias contados” é a manchete da primeira edição do “A Tribo”. Nela se faz referência ao objetivo do trabalho do então recém-criado Gdecas. As matérias principais tratam do trabalho infantil doméstico e dos princípios do ECA. Há ainda poesias, opiniões, desenhos e falas dos adolescentes acerca da Ilha do Marajó e também do trabalho infantil. Na segunda edição, a manchete ressalta a discussão sobre o TID nas instituições públicas de ensino de Soure. São destacadas, no editorial, as conquistas do grupo. O jornal também expõe matérias e depoimentos sobre vários aspectos relativos ao TID – tais como causas, direitos e consequências –, além de fotos dos integrantes do Gdecas, poesias e depoimentos.

Após essa breve apresentação, analisaremos o projeto de fala dos adolescentes. Organizamos a próxima seção a partir das atribuições dos sujeitos falantes inspiradas nos quatro objetivos comunicacionais descritos acima (factitivo, informativo, persuasivo e sedutor). Claro está que um mesmo registro poderá envolver diferentes funções, mas, para alcançar nosso objetivo neste artigo, optamos por destacar apenas as que tiverem maior prevalência em cada um.

Fazer fazer contra o trabalho infantil doméstico

Essa função do sujeito falante está relacionada à finalidade de fazer o outro agir num sentido favorável a quem fala. Logo na primeira edição do “A Tribo”, encontramos, no editorial, um gesto de incitação. O convite à leitura do jornal estimula o primeiro contato do leitor com o produto:

Apresentações feitas, convidamos o leitor a um divertido passeio pelas próximas páginas que, assim como as mangueiras de Soure em época de chuva, estão cheias de

informações e curiosidades sobre o mundo da criança e do adolescente. Boa leitura! (A Tribo, 2004a, p. 1).

Por meio de uma linguagem simples e que faz referência a uma paisagem comum de Soure (as mangueiras), o editorial busca se aproximar do leitor de tal forma que ele tenha interesse em continuar a leitura. Assim, ao longo das próximas páginas, ele terá contato com informações e opiniões sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre o TID.

O editorial da segunda edição convoca os leitores a levar a defesa dos direitos de meninos e meninas para as suas práticas diárias. Com isso, deixa claro que o propósito do Gdecas é interferir na realidade, modificar práticas de exploração tidas como naturais, como é o caso do TID.

Mas não vale só ler. Tem que exercitar, praticar no dia-a-dia o que aprendemos. Só assim conseguiremos mudar hábitos, atitudes, comportamentos, enfim, construir a cultura do respeito aos direitos. Combinado?! (A Tribo, 2005d, p. 1).

De forma mais incisiva, as falas dos adolescentes na seção “Megafone”, cotejada ao logo do jornal, incitam atitudes frente ao trabalho infantil doméstico, como é o caso a seguir:

Crianças não devem trabalhar. Você não deve colocar seus filhos menores de idade para trabalhar em casas de família. Luciene Rodrigues, 16 anos (A Tribo, 2004e, p. 8, grifos nossos).

Se, nas primeiras páginas, o discurso do jornal ganha contornos mais mobilizadores, incentivando a leitura e o engajamento na luta contra o TID, nas páginas internas a mensagem construída pelos adolescentes é apresentada sem rodeios como uma ordem (“Você não deve”). Dessa forma, os adolescentes se apresentam como sujeitos incitadores de atitudes contra o trabalho infantil doméstico. Seu projeto de fala, portanto, estimula um fazer reativo a esse problema.

Fazer saber sobre o Gdecas e o TID

Essa função está ligada à transmissão de um saber e, por essa razão, exige que o sujeito falante esteja

em posição privilegiada em relação ao destinatário. Isso porque é preciso ter acesso a conhecimentos que outros não possuem e, além disso, gozar de credibilidade para prover informações que possam ser consideradas pelo interlocutor.

O Gdecas precisou se apresentar primeiramente como grupo que poderia falar com propriedade do tema do TID e dos direitos da criança e do adolescente. É o que eles fazem no editorial da 1ª edição:

Para quem ainda não conhece, o Gdecas é formado por estudantes de Soure que aceitaram o desafio de enfrentar o trabalho infantil doméstico, difundindo ideias sobre o ECA no município. O Grupo é um dos aliados do Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico, coordenado pelo Movimento República de Emaús, através do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) e atua principalmente nas escolas, onde tratam do tema com o intuito de despertar nos estudantes a consciência cidadã (A Tribo, 2004a, p. 1, grifos nossos).

A referência à parceria com o Movimento República de Emaús (MRE), organização não-governamental que desde a década de 1970 luta pelos direitos de meninos e meninas, e o Cedeca, um dos braços do MRE, atribui credibilidade ao grupo e o fortalece como representante dessa luta em Soure.

Assim, o Gdecas passa a ser fonte de informação sobre as ações em prol de crianças e adolescentes no município. Para realizar essa tarefa, a principal inspiração dos adolescentes é o formato jornalístico padrão, como podemos observar no trecho a seguir:

O trabalho infantil doméstico já faz parte da agenda das escolas de Soure. Seja através do teatro ou de palestras, o tema tem sido apresentado pelo Grupo de Defesa da Criança e do Adolescente de Soure (Gdecas) à comunidade escolar. (por Josiel Felipe) (A Tribo, 2005a, p. 3).

O jornal informa sobre o andamento das atividades do grupo e a repercussão no município e objetiva fazer saber dos problemas do trabalho infantil doméstico, como no trecho que segue:

Surge assim, ou melhor, descortina-se uma nova modalidade de trabalho infantil, até então fora dos debates políticos e histórica e culturalmente aceita pela

sociedade. São histórias protagonizadas por meninas pobres que saem do interior em busca de uma vida melhor na cidade grande. [...] O trabalho em casas de família, como doméstica ou babá, é a “oportunidade” que se mostra mais fácil e onde ficam sujeitas à exploração e à violência (A Tribo, 2005b, p. 4).

Desse modo, o TID é abordado de maneira crítica e de forma a ressaltar os equívocos de entendimento que naturalizam essa situação, como o de ser uma “oportunidade” em busca de melhores condições de vida. As aspas mostram um diálogo com discursos que alimentam a prática do TID. A matéria destaca ainda a violência à qual ficam expostas as meninas que trabalham em casas de família.

Portanto, o projeto de fala dos adolescentes também buscou atribuir credibilidade aos sujeitos falantes como fontes sobre o TID ao esclarecerem a criação do Gdecas e a sua inserção dentro de uma iniciativa maior: o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico. A partir disso, os adolescentes objetivaram dar informações sobre as causas e as consequências do TID. O Estatuto da Criança e do Adolescente também foi apresentado em matérias publicadas no jornal. Para mobilizar a comunidade de Soure contra o trabalho infantil doméstico e fortalecer o próprio grupo dos adolescentes, era preciso fazer saber dos direitos de meninos e meninas e da violação deles pelo exercício do TID.

Fazer crer que o trabalho infantil doméstico é um problema

Foram vários os recursos apresentados no jornal para fazer o leitor acreditar que o TID é uma situação que precisa ser transformada. Argumentos que justificam esse propósito foram apresentados em registros poéticos, em textos opinativos, em matérias e em depoimentos.

A experiência dos adolescentes serviu de suporte para a expressão deles:

*O trabalho ofuscou-me a razão de viver
Que ontem, meu Deus, me fez sofrer
Tenho motivos para chorar
[...]
Isso foi passado*

*Hoje vivo feliz
Com minha família ao meu lado.
Fernanda Gonçalves, 17 anos (A Tribo, 2004b, p. 8).*

O antes e o depois do TID são mostrados por meio da vivência da menina, que sofria com o problema e encontrou felicidade quando retornou à família. Problemas como o afastamento da família, o cansaço e ausência de estudo em razão do TID são mencionados pela adolescente e se convertem em argumentos pelo enfrentamento desse tipo de situação. A exposição indignada de uma adolescente numa matéria sobre a realidade do TID também destaca razões para se combater o trabalho infantil doméstico:

Que vida é essa que tira a boneca do colo da menina e a substitui por um bebê de verdade? A maioria das meninas, ainda muito novas, são contratadas para trabalhar como babás e acabam acumulando muitas outras tarefas domésticas. [...] O trabalho infantil doméstico é um jeito perigoso de brincar de gente grande. [...], Angélica Silva (A Tribo, 2005c, p. 5).

Envolvidas com o trabalho infantil, meninas deixam de ser crianças, perdem a infância para se dedicar às atividades domésticas. Longas jornadas afastam mais ainda essas meninas domésticas da sua infância e as expõem aos perigos do TID.

Além dos argumentos construídos a partir das experiências e das percepções dos sujeitos envolvidos, os adolescentes também fazem referência a aspectos legais que proíbem esse tipo de trabalho, ao mesmo tempo em que se implicam no discurso.

*A força do ECA
O Estatuto da Criança e do Adolescente veio para defender as crianças e os adolescentes até então pouco notados pelos governantes. Com o ECA, surgiram nos municípios os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos para fazer frente aos casos de violação da lei. [...] O trabalho infantil é um dos casos de desrespeito ao ECA e junto com os conselhos e a comunidade **buscamos solucionar**. Otávio Júnior, 17 anos (A Tribo, 2004c, p. 5).*

O projeto de fala do Gdecas procurou tornar manifesto o TID como problema social, num movimento de fazer crer a partir de razões apresentadas com base nas vivências desses sujeitos e no entendimento deles sobre a legislação em vigor.

Fazer agradar: envolver para a solução do TID

As edições analisadas apresentam expressões poéticas dos adolescentes que participam do Gdecas. São poesias, poemas e desenhos que remetem à rotina do trabalho doméstico e ao viver no Marajó, especialmente em Soure. Esse material expressivo permeia todo o jornal e marca a importância da escritura no processo de emancipação dos sujeitos.

Escrever e registrar as experiências, sobretudo aquelas ligadas à opressão, é uma forma de manter o distanciamento necessário para avaliar, de maneira reflexiva, as fontes de assujeitamento e de dominação que reproduzem os danos que constantemente impedem a enunciação e a interlocução. Para Rancière (2004), não é a incompreensão ou o desconhecimento do estado de coisas existente que alimenta a submissão dos dominados, mas a falta de confiança em sua própria capacidade de transformá-lo. Nesse sentido, a escrita e sua consequente publicação em um periódico que circula entre outras pessoas podem contribuir para que esses adolescentes tenham maior percepção dessa capacidade, evidenciando que eles “já estão engajados no processo político que transforma a configuração dos dados sensíveis e constrói as formas de um mundo que surgirá no interior do mundo existente” (Rancière, 2004, p. 65, tradução nossa).

Sustentamos que esses registros sejam também estratégias de sedução do leitor. Ao exaltar as belezas do Marajó, o amor pelo lugar de origem, os adolescentes fortalecem sua identidade e a identificação com o público do jornal, que é composto, principalmente, por outros meninos e meninas que compartilham relações semelhantes com o lugar onde vivem. Esse movimento permite o estabelecimento de um laço, ou o fortalecimento dele, o que abre caminho para uma transformação na cena do TID.

O exemplo abaixo ressalta as belezas de Soure e evoca elementos do cotidiano da adolescente, ou da recordação dele:

*Como é lindo conhecer
A ilha do Marajó
Seguir pelo rio acima
Na terra do carimbó
Ouvir o grito dos vaqueiros
Gaivotas, canoieiros
Seguir o vento da praia*

Fazer amigos e companheiros

Soure é minha cidade manseira

A cidade das mangueiras do Marajó

Linda é, pegue o meu, pegue o seu cavalo manco

Na igreja vamos rezar para vigiar seus pés

Que simboliza todas essas belezas raras

Sou de Soure, sou Marajoara.

Angélica Silva, 16 anos (A Tribo, 2004d, p. 6, grifos nossos).

Apesar de não fazer referência direta ao trabalho infantil doméstico, o texto revela um apego a esse município marajoara e faz uma relação implícita com Belém. “Cidade das Mangueiras” é o título atribuído à capital paraense, inscrito na placa de entrada da cidade, essa que exerce a principal atração de meninas do Marajó encaminhadas para o serviço doméstico em casas de família (Lamarão *et al.*, 2000).

Ao destacar esse município como a “A cidade das mangueiras do Marajó”, está também implícito um valor simbólico, um peso maior atribuído a sua própria cidade em relação à Belém. Algo como “nós temos a nossa cidade das mangueiras, o nosso lugar, e aqui devemos ficar”. E esse movimento é especialmente importante para fortalecer a autoestima e estimular a permanência de crianças e adolescentes em seu lugar de origem.

Já o texto a seguir, desvela de forma mais explícita algumas nuances TID:

Minha Ilha, conta comigo!

Minha Ilha, conta comigo!

Obra realizada com muito amor e carinho por Deus

Eis o suspiro profundo de cada filho ausente

Nessas suas estrondosas árvores,

no esplendor de suas praias está marcado o teu semblante

Acolhedora e hospitaleira,

Teu povo humilde, por mais longe que esteja, sempre lembrará da tua beleza.

Foste humilhada por gente que não te conhecia

Defendo-lhe com valentia diante do inimigo

Minha Ilha, conta comigo!

Sou cabocla pura de raça

Orgulho-me de ser tua filha

Penso em ti, recordo da minha infância...

Adeus minha ilha,

Adeus minha cidade

Deixa eu chorar por ti.

Marcela Caroline, 16 anos (A Tribo, 2004d, p. 6, grifos nossos).

A tristeza pela partida, a saudade e lembrança dos encantos do Marajó permeiam o imaginário das meninas que fazem a travessia para trabalhar em Belém. Por vezes, a recordação é a única forma de retorno a esse lugar afetivo, objetivo que permanece sempre no horizonte (“eis o suspiro profundo de cada filho ausente”, “Teu povo [...] sempre lembrará da tua beleza”).

Observamos ainda a referência às condições que levaram à saída da Ilha, que foi humilhada, talvez por não dar condições a seus filhos para ficarem no lugar que lhes é próprio, onde gostariam de estar. Mesmo assim, há o acento ao pertencimento ao Marajó (“Sou cabocla pura de raça”) e o sofrimento pela despedida.

Ao tomarem a palavra, os adolescentes do Gdecas utilizam ao mesmo tempo argumentos e metáforas sobre a própria situação. Ao *fazerem agradar*, eles se definem e redefinem seus lugares, seus papéis no campo da experiência. Eles se envolvem e envolvem em torno do enfrentamento do TID.

Considerações finais

Nosso objetivo foi analisar como os adolescentes do Gdecas se apresentaram como sujeitos políticos, como tomaram a palavra e fizeram uso dela por meio da escrita do jornal “A Tribo”. Observamos que o grupo organizou seu projeto de fala com a finalidade de questionar a naturalização do trabalho infantil doméstico e estimular ações de enfrentamento ao problema. Para isso, divulgaram informações sobre os direitos da criança e do adolescente, além das causas e consequências do TID.

Contudo, o mais relevante é que eles empreenderam essa tarefa por meio de diferentes registros simbólicos, o que permitiu uma abertura de sentidos. Combinando e distanciando razões e sentimentos, poesia e argumentos, eles destacaram o modo com o TID afeta suas existências. Baseamo-nos na concepção de política desenvolvida por Rancière segundo a qual ela “é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação” (Rancière, 1996, p. 47). Entendemos a subjetivação como um conjunto de ações que produz uma instância e uma capacidade de enunciação que reconfiguram o campo da experiência, transformando a repartição de papéis, funções e lugares dos sujeitos e das visões de mundo em litígio.

Ao imporem a própria presença como sujeitos que devem ser contados, os adolescentes envolvidos com o

enfrentamento do trabalho infantil doméstico promoveram uma modificação na cena do TID, que passou a ser construída a partir das experiências, dos sentimentos e das observações deles. O jornal analisado é um vestígio desse processo maior de subjetivação política⁶. Por meio do ato de escrever, meninos e meninas participaram da reconfiguração da ordem do sensível que os classificava a partir da sua força de trabalho, e manifestaram sua capacidade para ingressar na ordem do discurso.

Referências

- ARENDRT, H. 1987. *A Condição Humana*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 338 p.
- BLAGBROUGH, J. 2008. Child Domestic Labour: A Modern Form of Slavery. *Children & Society*, 22(3):179-190. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1099-0860.2008.00149.x>
- BRASIL. [s.d.]. Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em: 02/02/2012.
- CHARAUDEAU, P. 1996. Para uma nova análise do discurso. In: A. CARNEIRO (org.), *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, p. 5-41.
- HOYOS, S. 2000. ¿Y quién la mandó a ser niña? El trabajo infantil doméstico desde una perspectiva de género. In: G.A. VARGAS; E. GARCÍA-MÉNDEZ; S. HOYOS (ed.), *Trabajo Infantil Doméstico: ¿Quién la mandó a ser niña?* Bogotá, TM Editores/UNICEF, p. 109-135.
- LAMARÃO, M.; MENEZES, S.; FERREIRA, W. 2000. *O Trabalho doméstico de meninas em Belém*. Belém, Cedeca-Emaús, 66 p.
- MARQUES, A. 2010. Interrelações entre estética e política: o papel das emoções, da experiência e da narrativa ficcional. In: ENCONTRO DA COMPÓS, XIX, Rio de Janeiro, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro, PUC-Rio. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt8_angela_marques.pdf. Acessado em: 10/04/2012.
- OIT. 2004. Helping Hands or Shackled Lives? Understanding Child Domestic Labour and Responses to it. Disponível em: <http://www.ilo.org/ippecinfo/product/viewProduct.do?productId=348>. Acessado em: 10/04/2012.
- RANCIÈRE, J. 1988. *A noite dos proletários*. São Paulo, Companhia das Letras, 439 p.
- RANCIÈRE, J. 1995. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 252 p.
- RANCIÈRE, J. 1996. *O desentendimento. Política e filosofia*. São Paulo, Ed. 34, 138 p.
- RANCIÈRE, J. 2004. *Aux bords du politique*. Paris, Gallimard, 260 p.
- VREESWIJK, A.M. 2008. *Subjetivação e disciplinarização dos sem-terra: uso e controle da imagem fotográfica no Jornal do MST*. Goiânia, GO. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Goiás, 173 p.

Fontes primárias

- A TRIBO. 2004a. Trabalho infantil doméstico está com os dias contados. Soure, ago., p. 1.
- A TRIBO. 2004b. Varal. Soure, ago., p. 8.
- A TRIBO. 2004c. A força do ECA. Soure, ago., p. 5.
- A TRIBO. 2004d. Marajó. Soure, ago., p. 6.
- A TRIBO. 2004e. Megafone. Soure, ago., p. 8.
- A TRIBO. 2005a. Gdecas fala de trabalho infantil nas escolas. Soure, fev., p. 3.
- A TRIBO. 2005b. Trabalho Infantil Doméstico. Soure, fev., p. 4.
- A TRIBO. 2005c. O que dizem as leis e o que diz a realidade. Soure, fev., p. 5.
- A TRIBO. 2005d. Trabalho infantil doméstico é lição obrigatória na escola. Soure, fev., p. 1.

Submetido: 03/05/2012

Aceito: 11/06/2012

⁶ Exemplo desse processo é também a eleição, em 2008, do jovem Octávio Júnior, que foi um dos mais atuantes adolescentes do Gdecas, para vereador do município de Soure.